


“Dentro de mim, um convite para a história”:
fatores do pensamento histórico na escrita da história de Manoelito de Ornellas (1948)

“Inside me, an invitation to history”: *factors of historical thought in the writing of Manoelito de Ornellas’s history*



LIMA, Pamela Cristina de *

 <https://orcid.org/0000-0003-3952-7507>

RESUMO: Este trabalho versa sobre os fatores do pensamento histórico da escrita da história de um letrado sul-rio-grandense do século XX, Manoelito de Ornellas. Para tal, a fonte utilizada foi a obra *Gaúchos e beduínos*, publicada por este autor em 1948. Buscamos compreender o contexto institucional do autor, de modo a entender as orientações de sua historiografia, pautadas nos estudos da cultura popular e do Folclore. Optamos pelo escopo teórico-metodológico oferecido por Jörn Rüsen, tentando compreender como a historiografia e as orientações ornellianas partiram das demandas de seu presente e, também, as maneiras pelas quais regressaram a ele, objetivando entender a *função social* do conhecimento histórico produzido por Ornellas.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia sul-rio-grandense; gaúchos e beduínos; IHGRGS.

ABSTRACT: This paper deals with the factors of the historical thought in the writing of history by a 20th century scholar from Rio Grande do Sul (Brazil), Manoelito de Ornellas. For this, the source used was the work *Gaúchos e Beduínos*, published by this author in 1948. We seek to understand the institutional context of the author, in order to understand the orientations of his historiography, based on the studies of folk culture and Folklore. We opted for the theoretical and methodological scope offered by Jörn Rüsen, trying to understand how the historiography and Ornellian orientations came from the demands of his present time, and also the ways in which they returned to it, aiming to understand the social function of the historical knowledge produced by Ornellas.

KEYWORDS: sul-rio-grandense historiography; gauchos and Bedouins; IHGRGS.

Recebido em: 10/08/2020
Aceito em: 26/10/2020

* Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Professora de História no Colégio Universos (Sarandi – RS). Membro do GT História Intelectual e História das Ideias. E-mail: 174267@upf.br. Agradeço ao Professor Dr. Fabricio Antônio Antunes Soares pela leitura e considerações que teceu em relação a este texto.



Nascido entre a poesia e o arado / A gente lida com o gado e cuida da plantação / A minha gente que veio da guerra / Cuida dessa terra, como quem cuida do coração (Oswaldir e Carlos Magrão, (“Eu sou do Sul”))

Peleando em favor da pampa / A pilcha sovada em tiras / Marcando fronteira provou lealdade / Livrando os trastes da campá / Na ventania rusguenta / Pranchando adaga a gritos de liberdade (Grupo Rodeio, “Gritos de liberdade”)

Introdução – o gaúcho: representações diversas

A expressão entre aspas, contida no título deste artigo, é uma citação, escrita por Manoelito de Ornellas, em sua obra *Mormaço* (ORNELLAS, 1969, p. 90). Considerando que a vida intelectual do autor se iniciou com escritos em jornais, de cunho literário e informativo, Ornellas parece autodeclarar-se como “chamado a historiar”, mas não por apelos externos. Era sua essência que o colocava no papel de “historiador”. Dentro da interpretação que fazemos da referida citação, *o que vinha de dentro*, os sentimentos que alimentava pelo Rio Grande e a importância que a cultura deste estado tinha para o autor teriam sido os fatores que o levaram a escrever ensaios sócio-históricos¹.

A epígrafe, por sua vez, contém trechos de músicas regionalistas *gaúchas*. Produzidas em conjunturas similares, os temas, as características e os aspectos que evocam parecem convergir. O *gaúcho*, em grande parte das músicas tradicionalistas, é representado como o homem do pampa, e aparece associado às lides campeiras, à bravura, à coragem, ao amor à terra, *sua terra*. A melodia, da *vaneira* ao *chamamé*, envolve e convida à dança, sendo que muitos memorizam e entoam as letras das canções. Se o leitor é de algum canto do Rio Grande, possivelmente essas melodias já embalsamaram seus domingos de manhã, num daqueles programas típicos das estações de rádio, que regam com boa música o preparo do churrasco e o sabor do chimarrão². Esse discurso é apresentado por muitos apresentadores de rádios que conhecemos, que já ouvimos, que nossos pais e avós ouvem. Tome-se consciência disso, da naturalidade com que podemos tender a cristalizar imagens: esse é um poder da música. Atente-se à “atemporalidade” das narrativas que as canções podem apresentar. E, por que não,

¹ Para compreender a trajetória intelectual de Manoelito de Ornellas, os espaços sociais ocupados pelo autor e aspectos importantes de sua vida pessoal, ver THESING (2015).

² Apenas para elucidar: na cidade de Sarandi (RS), muitas emissoras de rádio contam com programas de cunho tradicionalista, nos quais tocam majoritariamente músicas *gaúchas*, sobretudo aos domingos de manhã.

tome-se um chimarrão ouvindo, analisando e cantando certas letras, caso isso agrade ao leitor.

Um famoso ditado popular enuncia que o que os olhos não veem, o coração não sente. Parece que muitos dos pintores sul-rio-grandenses acreditavam que o ver e o sentir estão relacionados: a riqueza de detalhes em suas pinturas sobre o *gaúcho* é de impressionar. É para ver, para sentir. A indumentária, o pampa, as lides, as guerras... o *gaúcho* homem, nas pinturas, ganhou destaque ao lado de seus instrumentos de trabalho e de seu *habitat* pampiano (OLIVEIRA, 2017). Olhos e ouvidos foram (e são) fisgados pelas representações que, enfatize-se, são frutos de construções, escolhas e seleções.

Mas, quem é este *gaúcho*? Quem foi, no passado? Por que aparece atrelado ao pampa, ao pastoreio e à guerra? Estas questões, entre tantas outras de cunho e sentido similares, foram postas em pauta e refletidas pelos letrados sul-rio-grandenses dos últimos dois séculos, e principalmente a partir dos anos 1920, quando ocorrera a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), instituição que seria responsável por aglutinar muitos *homens de letras*, iniciados no mesmo campo do saber, em um mesmo espaço social de produção do conhecimento³. A fundação da agremiação se deu num momento de consolidação da identidade brasileira: era importante inserir o pedaço no todo, o local no nacional, de modo que o Rio Grande não figurasse como “corpo estranho” frente ao Brasil. Deste modo, “a elaboração do discurso sobre a identidade regional e a construção da própria identidade dos intelectuais ligados ao IHGRGS [...] se relacionavam com a tensão e acomodação entre o discurso regional e o nacional” (MARTINS, 2015, p. 30).

Antes de adentrarmos nas questões pontuais relacionadas ao tema do presente artigo, delineamos nossos objetivos. De modo geral, visamos a compreender os fatores que embasaram e conduziram a escrita da história de Manoelito de Ornellas, seja a partir de seus *interesses*, seja em relação ao contexto intelectual no qual esteve inserido nos anos 1940. Para tal, primeiramente, visa-se a uma apresentação geral dos *fatores do pensamento histórico*, propostos por Jörn Rüsen na obra *Razão Histórica* (2001). Em seguida, apresentaremos o contexto institucional no qual Manoelito de Ornellas produziu *Gaúchos e Beduínos* (1948), obra analisada neste artigo, bem como os principais pontos sobre os quais o autor se atém na publicação mencionada. Num terceiro momento, discorreremos sobre como o escopo teórico-metodológico rüseniano pode ser utilizado

³ A existência de agremiações históricas e de núcleos intelectuais similares, contudo, remonta ao século XIX. Em 1838, fora fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e, a nível “provincial”, o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (IHGPSP), na década de 1860. Em relação ao primeiro, ver GUIMARÃES (1988) e, no que tange a este último, ver BOEIRA (2019).

na compreensão da escrita da história ornelliana. Ao fim, teceremos algumas considerações finais acerca do tema proposto.

A vida prática como orientadora do pensamento histórico

Jörn Rüsen é um historiador e filósofo alemão, nascido em 1938, na cidade de Duisburgo. Suas pesquisas centram-se em problemáticas relacionadas à teoria e metodologia da história, pensando suas relações com o ensino e aprendizagem em história nos mais variados níveis. Para este artigo, toma-se como apoio teórico-metodológico o esquema dos fatores do pensamento histórico que o autor elaborou e desenvolveu no primeiro capítulo da obra *Razão Histórica*, publicada originalmente em 1983.

Ao iniciar o livro, ainda na introdução, o autor reflete acerca da razão da (e na) história, apresentando aos leitores esta questão como pertinente e convidativa à reflexão, afirmando que ela faz parte dos “fundamentos da ciência da história” (RÜSEN, 2001, p. 12). Prosseguindo, Rüsen tece uma consideração muito importante sobre seu entendimento acerca da razão na história, apresentando-a não como “uma propriedade qualquer da história que se chama ‘razão’, mas a de saber como se constitui o pensamento sobre a história que se apresenta como ciência” (RÜSEN, 2001, p. 12). Portanto, o convite do autor é para que se pense a História em seus métodos, teorias, técnicas, didática, etc., sem que o foco seja definir o conceito (fechado) de “razão” neste processo. É, portanto, uma forma de atentarmos ao que fazemos e como fazemos enquanto historiadores, bem como às implicações disto em nosso campo do saber. Como vamos proceder enquanto historiadores, e como isso vai refletir no campo do conhecimento do qual fazemos parte? Eis uma questão complexa, mas importante.

A teoria da história, para o autor, adquire importância nesta reflexão: ela permite analisar a pretensão de racionalidade da ciência histórica, uma vez que se volta aos fundamentos desta e, ainda, permite que a pesquisa, o estudo e a reflexão histórica se deem com embasamento conciso. Rüsen, além disso, argumenta sobre as relações existentes entre uma teoria da história e o cotidiano do historiador, afirmando que a teoria elaborada por este último, que é discutida e pensada junto aos pares, é um produto da “constante reflexão do sujeito cognoscente sobre si mesmo” (RÜSEN, 2001, p. 26). É preciso, portanto, que o historiador reflita sobre sua prática, sua ciência e seu contexto para que, assim, se constitua uma teoria da história capaz de atender as demandas que lhe gestaram, ou que contribuíram para tal fim. A teoria, de tal modo, se encontraria no cerne do sentido do trabalho histórico. Conforme Rüsen, é preciso considerar

[...] a função prática que a teoria exerce (ou pode exercer) nos diversos campos de atividade do historiador. O fio condutor da argumentação [desenvolvida pelo autor] é a intenção de descrever e demonstrar que a reflexão do pensamento histórico sobre seus fundamentos emerge do trabalho prático do próprio historiador, baseia-se nele e possui para ele significado. Embora a teoria vá além desse trabalho e conduza a seus pressupostos fundamentais, ela é necessária sempre que se tratar de fundamentar, justificar ou modificar, em suma, sempre que se tratar do sentido do trabalho histórico. (RÜSEN, 2001, p. 26)

Se a teoria da história se faz necessária para que haja uma pesquisa bem fundamentada, com um método adequado, o pensamento histórico sobre esse fazer tem, por outro lado, a capacidade de elaborá-lo e aprimorá-lo, o que, por fim, desemboca em reelaborações, novos pontos de vista e abordagens no campo teórico da história. Teoria, vida prática e autorreflexão, assim, se influenciam mutuamente, num movimento constante, infindável.

De modo geral, os esforços de Rüsen no primeiro capítulo da obra *Razão Histórica*, denominado *Tarefa e função de uma teoria da história*, se deram no sentido de perceber a importância, a utilidade e as relações que uma teoria da história estabelece, ou pode estabelecer, em seu diálogo com o estudo, com a pesquisa e com a vida prática. As considerações que o autor tece no decorrer do capítulo se relacionam a estes fatores⁴. Para o presente estudo, porém, optou-se por trabalhar com as cinco categorias que o autor apresenta como sendo os “fatores do pensamento histórico”. São elas: *interesses, ideias, métodos, formas de apresentação e funções*, respectivamente. Adentremos sucintamente nos significados que cada qual adquire, para o autor.

No parágrafo prévio à apresentação dos fatores do pensamento histórico, Rüsen apresenta importantes reflexões, que tangem à teoria da história e ao que o autor chama de *matriz disciplinar*, explicando que essa expressão fora apropriada dos escritos de outro autor, Thomas Kuhn, em *A estrutura das revoluções científicas* (*apud* RÜSEN, 2001). Vejamos o que o primeiro escreveu:

A teoria da história tem de apreender, pois, os fatores determinantes do conhecimento histórico que delimitam o campo inteiro da pesquisa histórica e da historiografia, identificá-los um a um e demonstrar sua interdependência sistemática. E como a pesquisa e a historiografia nada têm de estático, cabe à teoria mostrar como esse sistema é um processo dinâmico. Seu objeto são os fundamentos e os princípios da ciência da história. O termo técnico para descrevê-lo é *matriz disciplinar*, [...] [que] significa ‘o conjunto sistemático dos fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da história como disciplina especializada. (RÜSEN, 2001, p. 29)

⁴ Para compreender aspectos mais profundos das reflexões rüsenianas, ver LIMA (2016), autor que discorre sobre o sentido que a história toma nos escritos de Jörn Rüsen, além de outros tópicos similares.

A teoria, assim, fornece uma importante base às pesquisas e aos estudos no campo da história, funcionando como um “instrumento” de grande valia ao entendimento dos fundamentos que são caros a esta ciência. Enfatize-se, ainda, que ela não é estática ou pronta, mas sim objeto de constantes e importantes reflexões dos pares. Este movimento é importante à própria vitalidade e estatuto da ciência histórica: se as demandas que conduzem à pesquisa e ao estudo partem da vida prática (variável em suas necessidades, contextos e conjunturas), conforme argumenta Rüsen, as reflexões em torno do campo teórico da disciplina são de todo pertinentes. Se as demandas variam, a base para buscar respostas adequadas a elas pode, também, ser modificada e aprimorada.

Rüsen dá início à sua argumentação sobre os fatores do pensamento histórico afirmando que é necessário que se pense a história (ciência) desde seus fundamentos, suas demandas e necessidades, as quais a gestaram e gestam, e não a partir da constituição específica que toma para a contemporaneidade. Assim, nesta reflexão, “o melhor ponto de partida parece ser aquele que, na vida corrente, surge como consciência histórica ou pensamento histórico [...]. Esse ponto de partida instaura-se nas carências humanas de orientação do agir e do sofrer os efeitos das ações no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 30). Deste modo, o autor atenta às necessidades de respostas a uma dada questão, seja um problema, uma satisfação intelectual ou carências de orientação. Nas palavras do autor:

Pode-se chamar esse ponto de partida de reflexão sobre os fundamentos da ciência da história, resumidamente, de *interesses*. Trata-se do interesse que os homens têm – de modo a poder viver – de orientar-se no fluxo do tempo, de assenhorar-se do passado, pelo conhecimento, no presente. Interesses são determinadas carências cuja satisfação pressupõe, da parte dos que as querem satisfazer, que esses já as interpretem no sentido das respostas a serem obtidas. Tais interesses são abordados pela teoria de história a fim de poder expor, a partir deles, o que significa pensar historicamente e por que se pensa historicamente. (RÜSEN., 2001, p. 30).

Pensando historicamente o passado, conforme argumenta o autor, poderíamos atender demandas do presente. A teoria da história, assim, abrange os interesses, as carências e as demandas da vida cotidiana; é a partir disto que ela se estrutura, delimita seus objetivos e, também, varia no âmbito qualitativo. As carências não são permanentes: em suas variações, constituem o ponto de partida do pensamento histórico. Note-se, porém, que os *interesses* dos quais falamos não se constituem como ciência, nem como conhecimento histórico: eles formam o primeiro (e importante) nível dos fatores que conduzem a tal.

A partir dos interesses, é apresentado pelo autor um segundo fator: as *ideias*. Para introduzir seu significado ao pensamento histórico, Rüsen propõe uma questão: “como é possível que se constitua algo chamado ‘história’ quando as carências dos homens na prática de suas vidas no tempo são satisfeitas?” (RÜSEN, 2001, p. 31). As *ideias*, na concepção do autor, funcionariam como perspectivas orientadoras da experiência do passado, ou seja, pontos de vista que podem auxiliar na transformação de simples carências em interesses específicos, atribuindo ao passado a qualidade de *histórico*. Assim, das *ideias*

[...] depende o que, como “história”, integra o campo cognitivo da ciência da história (pois o mero fato de pertencer ao passado não faz de tudo algo histórico). Delas depende o que o historiador já traz consigo, ao formular suas conjecturas e ao interrogar as fontes acerca do que ocorreu no passado. Sem tais perspectivas determinantes do que queremos propriamente saber, ao pesquisar as fontes do passado, estas em nada podem nos ajudar quanto ao que é ou foi a história que tencionamos fazer erigir delas. (RÜSEN, 2001, p. 32)

Deste modo, as ideias servem de orientação ao historiador: elas formam a base dos questionamentos e direções dos quais este se utilizará em sua pesquisa. Assim, elas podem ser oriundas das inquietações, das necessidades e das curiosidades intelectuais do próprio pesquisador, fornecendo-lhe suporte e sentido, enriquecendo sua investigação. Mas, mesmo sendo muito importantes, as ideias não são tudo ao pensamento histórico: “elas não bastam para constituir a especificidade científica desse pensamento”. Porém, “quando interesses e ideias como precondições [...] do pensamento histórico se efetivam na experiência concreta do passado, é no processo dessa efetivação que se constitui o que entendemos como ‘história’ como especialidade científica” (RÜSEN, 2001, p. 33). Neste processo, e a partir dele, são empregados os *métodos*, que o autor apresenta como sendo o terceiro dos fatores do pensamento histórico.

Em relação aos *métodos*, Rüsen argumenta que são fundamentais à conversão de simples interesses e perspectivas em saber histórico que, por sua vez, é fundamentado e embasado em regras próprias do campo de saber chamado história. Os métodos, também, conferem a este saber seu caráter científico. Utilizar-se de métodos é uma necessidade dos historiadores, uma vez que permitem que se conceba e organize de maneira mais clara as carências de orientação e as diferentes ideias que se têm sobre elas, uma vez que é frente a estas que “o passado deve ser tornado cognoscível pela história como ciência particular” (RÜSEN, 2001, p. 33).

Mas, não basta apenas fundamentar, dar concisão e *metodizar* a pesquisa ou estudo realizado: é preciso apresentá-lo, divulgá-lo, torná-lo acessível aos pares e ao

público interessado. Neste ponto, surge o quarto fator do pensamento histórico, proposto por Rüsen: as *formas de apresentação*. O autor enfatiza que, muitas vezes, há certa negligência em relação a elas, no sentido de serem valorizadas inversamente à sua importância. A historiografia, produto da pesquisa que deve ser “apresentado”, deve ser percebida como sumariamente importante ao ofício do historiador, e as *formas de apresentação*, neste sentido, carecem de ser compreendidas como portadoras de uma função fundamental, que liga quem pesquisa a quem *busca* conhecimento: são o elo que une as duas pontas, conectando-as e tornando possível a relação entre ambas. Sintetizando, Rüsen afirma que:

Com as formas de apresentação, o pensamento histórico remete, por princípio, às carências de orientação de que se originou. Ele se exprime, como resultado cognoscitivo, sob a forma da historiografia, com a qual volta ao contexto da orientação prática da vida no tempo. Com a historiografia, o pensamento histórico usa uma linguagem que deve ser entendida como resposta a uma pergunta. Originada em carências de orientação e enraizada em interesses cognitivos da vida prática, a ciência da história – com os resultados de seu trabalho cognoscitivo expressos historiograficamente – assume funções de orientação existencial que têm de ser consideradas como um fator próprio [...] de seus fundamentos [...]. (RÜSEN, 2001, p. 34).

Deste modo, chegamos ao quinto e último fator do pensamento histórico, delineado por Rüsen em *Razão Histórica* (2001): as funções que desempenha. De acordo com este autor, dos interesses e das ideias, como vimos, partem as demandas da pesquisa e as perspectivas orientadoras destas, respectivamente. Com base nelas, o historiador elenca os métodos mais adequados para dar prosseguimento à sua investigação, transformando carências de orientação em saber histórico fundamentado e embasado cientificamente. Este saber, por sua vez, é apresentado de diferentes formas, por meio da historiografia, que torna possível a *ponte* entre saber e público interessado. É nesta “ponte”, ou neste processo de transposição e irradiação do conhecimento por meio das formas de apresentação, que o conhecimento histórico exerce sua *função social*: através dele, agora sistematizado, são respondidas, da melhor maneira possível, as demandas que o originaram, as perguntas que estiveram no cerne de sua elaboração e desenvolvimento. Assim, o conhecimento histórico, entre outras funções, possui a de orientar, responder e clarificar as questões humanas sobre si, sobre seu passado e sobre sua contemporaneidade. Ele, em outras palavras, possibilita que compreendamos quem fomos, para melhor entender quem somos, observando o passado, mas pensando no hoje.

Apresentando e explicando os *cinco fatores do pensamento histórico*, Rüsen manifesta sua concepção de matriz disciplinar como cerne da ciência histórica. Explica,

ainda, a interdependência dos fatores citados: “um fator leva ao outro, até que, do quinto, volta-se ao primeiro” (RÜSEN, 2001, p. 35). Ou seja: a função que o conhecimento exerce para o contexto que originou suas demandas depende do contexto e dos problemas que este coloca ao pensar histórico, a seus métodos e aos sujeitos que se dedicam à ciência histórica. As demandas de amanhã podem ser diferentes das de hoje. Logo, a função que o conhecimento histórico exerce, no sentido proposto pela teoria rüseniana, não é algo estático, mas sim variável e intimamente relacionado aos sujeitos que o desenvolvem, refletem e sistematizam. Vida prática e ciência especializada, assim, estão lado a lado.

Após esta breve análise sobre os fatores do pensamento histórico, vejamos como estes se manifestaram na escrita da história de Manoelito de Ornellas.

O gaúcho-centauro: considerações sobre a escrita da história ornelliana

Pensar a escrita da história de Manoelito de Ornellas pelo escopo teórico-metodológico rüseniano implica, entre outras coisas, que nos atenhamos brevemente a apresentar quem foi o primeiro e qual a conjuntura de seu contexto de escrita. Provoca, assim, pensar o sujeito por detrás “da pena e do tinteiro”, bem como as situações que o rodeavam. Façamos isto, então.

Em 1903, nascia em Itaqui um rapazinho. Filho de Manoel Pedro e Anna Guglielmi d’Ornellas, Manoelito teria contato com as letras desde cedo, influenciado pela mãe, assídua leitora (THESING, 2015). Com quinze anos, teria seu primeiro artigo publicado num jornal local. Estudara em Itaqui, mas logo fora enviado a Santa Maria. A decadência econômica da família, que os faz perder os bens e morar no campo, é sentida na pesada carga sentimental dos escritos do autor: ele sente as diferenças, a mudança de ambiente, as dificuldades. Entre a vida de trabalhos e de leitor, Manoelito desdobrou-se e, pouco a pouco, construiu seu próprio acervo de livros. O pampa era seu cenário de leitura e estudos – a vida literária retirava-o da rotina de peão campeiro: “minhas mágoas, aprisionado à estreiteza espiritual de uma campanha que, nisso, contrastava com os latifúndios territoriais” (ORNELLAS *apud* THESING, 2015, p. 50).

A dedicação de Ornellas aos ensaios sociológicos e históricos se deu posteriormente. Em 1934, publicou *Tupanciretã*, escrito atrelado à participação no processo emancipatório do município de mesmo nome. Esta obra lhe rende a incorporação no IHGRGS (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul), fundado catorze anos antes de seu ingresso. A partir de então, figura entre os nomes

importantes da escrita histórica do Rio Grande, seja enquanto um historiador reconhecido, seja como antagonista de outros autores, como Moysés Vellinho⁵. É a partir deste ponto que nosso autor mergulha nos estudos sócio-históricos e, pouco mais de uma década depois, publica *Gaúchos e beduínos*, tese polêmica sobre a formação do estado sulino, tomada aqui como objeto.

Apresentemos, brevemente, o contexto institucional no qual vivia Manoelito de Ornellas. O IHGRGS, fundado em 1920, funcionou como uma importante instituição que se dedicou a escrever a história do Rio Grande. Em sua gênese, teriam sido três os fatores principais que o originaram e mantiveram. Eis os aspectos relacionados à fundação do Instituto:

[...] primeiro, uma saída institucional na busca pela mobilização coletiva, concretizada na ação da criação do IHGRGS; segundo, a adesão à uma atitude ecumênica, apesar das clivagens internas de toda ordem (republicanos, federalistas, positivistas, jesuítas, lusitanistas, platinistas, folcloristas, etc.); e, terceiro, a adoção do patrulhamento historiográfico como uma postura estruturante da esfera acadêmica no RS. Esse patrulhamento era exercido, externa e internamente, em relação à produção intelectual local e à brasileira sobre o Rio Grande do Sul. Esta “missão” aparece já na primeira edição da Revista do Instituto, na lavra do primeiro orador da Instituição como um dos propósitos da criação do Instituto. (MARTINS, 2015, p. 33)

Porém, quando do ingresso de Manoelito à agremiação, e nos anos imediatamente posteriores, o IHGRGS passava por uma espécie de “reformulação interna”. As orientações legitimadoras e de cunho estritamente político não mais cabiam, e não mais *agradavam* aos pares de outros estados: era preciso reabilitar a imagem do Rio Grande do Sul, de seus intelectuais e de sua produção literária e teórica frente ao Brasil (NEDEL, 2005). Neste sentido, o regionalismo passa a ser muito valorizado, enfatizando-se as peculiaridades, mas relacionando-as às características do todo. A cultura popular fora instrumentalizada e valorizada como forma de evidenciar a importância do povo, de seus costumes, de seus hábitos. O cerne da reformulação do IHGRGS se encontraria, pois, nisto⁶.

Entendendo estes aspectos, podemos compreender melhor as orientações, as escolhas e os temas elencados por Ornellas em sua escrita da história. Em *Gaúchos e*

⁵ Enquanto Ornellas admitia diversas origens étnicas aos habitantes do Rio Grande do Sul, Vellinho afirmava este último como primordialmente *formado* pelo contingente português. Este é apenas um dos traços de discordância entre os autores. Para compreender os antagonismos entre ambos os letrados, ver ALMEIDA (2007).

⁶ Sobre as questões que tangem ao regionalismo e à importância do movimento folclórico no período, sugerimos a tese de doutorado da Professora Letícia Nedel (2005).

beduínos (1948), como também em outros ensaios posteriores⁷, o autor prima por temas de formação, tradições, costumes e indumentária, por exemplo. Estes aspectos, por sua vez, se relacionam com a abordagem pelo viés da cultura popular, em voga durante seu contexto de escrita⁸. Ornellas, assim, fora um dos intelectuais que se engajara na reabilitação da imagem do estado frente aos pares nacionais. Conhecendo-se este *interesse* do autor, mas não considerando exclusivamente este fator, vejamos como sua escrita da história pode ser interpretada dentro da teoria rüseniana, abordada mais acima.

Os fatores do pensamento histórico *ornelliano*

Jörn Rüsen, conforme vimos, delineou cinco fatores do pensamento histórico, interdependentes, nos quais se correlacionam o saber histórico e a vida prática. Partindo destes fatores, dedicar-nos-emos a perceber como estes podem auxiliar na interpretação da escrita da história de Manoelito de Ornellas, tomando como objeto os escritos deste autor que compõem a obra *Gaúchos e beduínos* (1948), na qual a tese central trata da ancestralidade do último em relação ao primeiro, bem como da permanência de traços, hábitos e costumes, mesmo em tempos e espaços diferentes.

A teoria da história rüseniana aponta que o pensamento histórico parte dos *interesses*, das carências de orientação dos seres humanos. A nosso ver, no caso ornelliano, os esforços do autor estiveram centrados nas demandas de seu contexto intelectual, bem como da agremiação histórica da qual fazia parte (o IHGRGS), demandas estas que, conforme visto, apontavam no sentido de reabilitar a imagem do Rio Grande e de seus intelectuais no nível mais amplo, nacional. A carência, aqui, reside no fato de não se ter, até então, uma maneira plausível de atender a estas demandas, uma vez que a história escrita pelos pares sulinos não correspondia ao que estava sendo feito com êxito em outras regiões do país, como é o caso do Nordeste de Gilberto Freyre. Partindo do *interesse* de reabilitar o Rio Grande, e da *carência* de como fazer isso, Ornellas prospecta sobre como buscar respostas para tal situação⁹.

O segundo fator do pensamento histórico proposto por Rüsen são as *ideias*, descritas por ele como perspectivas orientadoras, pelas quais observamos e pensamos o

⁷ A tese defendida em *Gaúchos e beduínos* aparece, também, em *A gênese do gaúcho brasileiro* (1956) e *As origens remotas do gaúcho* (1974).

⁸ Mencione-se a influência que os escritos de Gilberto Freyre tiveram sobre a produção intelectual ornelliana. Este último menciona o primeiro e concorda com certos pontos de sua análise. Ver THESING (2015).

⁹ É neste contexto, e tendo Ornellas como um dos expoentes, que se dá um movimento no sentido de tornar o Folclore uma disciplina, ou seja, de demonstrá-lo como um tema/abordagem relevante no escopo da cultura popular, em voga no período. Ver NEDEL (2005) e THESING (2015).

passado. Pois bem, em se tratando da historiografia ornelliana, percebe-se que o autor tece sua análise por meio da perspectiva de *formação*, principalmente. Como se formou o *gaúcho*? E o *gaúcho*? Quais etnias tiveram participação neste processo? Como se deu a organização dos diferentes grupos existentes no território sul-rio-grandense? Qual a importância da miscigenação neste processo? Quais as permanências? Enfim, uma gama de questões nas quais se relacionam os *interesses* = que permitem que a investigação se dê de maneira mais concisa, dentro de perspectivas bem delimitadas.

As perspectivas adotadas pelo autor denotam algumas *ideias* que permeiam seus escritos. Primeiramente, a adoção do pampa como um dos personagens de sua trama: *nele* tudo ocorreu, *ele* tudo presenciou (ORNELLAS, 1948). Mas, não apenas isso: o *pampa indiviso* também teria sido fundamental à *formação*, tema máster de *Gaúchos e beduínos*.

A vida equestre, a alimentação carnívora, a rude intempérie, os ventos tônicos do Oceano e do Pampa, fizera o homem magro, duro, ágil e de textura biliosa. [...] O deserto e a solidão [do pampa] fizeram-nos [gaúchos] taciturnos e silenciosos. [...] A liberdade e abundância fizeram-nos, ainda, ativos, hospitaleiros e leais. (ORNELLAS, 1948, p. 44-46).

Ornellas afirma a abundância de recursos, no pampa, como um dos elementos ativos na formação do gaúcho, de seus hábitos e de sua *psique*. Além disso, os elementos agregados ao cenário pampiano convergem para a representação típica feita do *gaúcho*, seja na história deste período, seja nas artes visuais ou na música, conforme argumentado no início do presente artigo. O *gaúcho* cavaleiro, *centauro*, com seus instrumentos, é apresentado, caracterizado e afirmado como soberano dos pampas, similarmente àquele povo do qual descenderia (o beduíno). Surge, aqui, a segunda perspectiva do pensamento histórico ornelliano: a busca das origens.

Abordando os traços *típicos* do *gaúcho*, Ornellas apresenta estes mesmos traços, mas em sua “origem”, uma vez que os relaciona com os beduínos, povo nômade da Península Arábica que o autor considera como ancestral longínquo (mas influente) do primeiro. Um dos traços mais marcantes, e mais recorrentes na escrita da história ornelliana, é a indumentária. Assim, desde os tempos da vida livre no cenário pampiano, havia uma

[...] casta de gente comumente escapada aos cárceres e à perseguição das tropas de linha da Espanha e do Brasil, a que se chamava de “gauchos” ou “gaudérios”. Alguns prendiam os cabelos duros, espetados, com a “vincha” – um lenço ou larga fita branca que o índio vulgarizou. Outros, punham sobre a solta melena o *sombrero* que o espanhol importara da Ibéria. Alguns traziam nu o torso cor de bronze, e outros se vestiam com camisas de chita e, quando

favorecidos pela fortuna, com palas de seda ou de vicunha. Todos usavam porém *botas de potro e chiripa*. (ORNELLAS, 1948, p. 45).

No pampa, seriam estas as vestimentas dos *gaúchos*. Mais adiante, em sua argumentação, o autor começa a traçar as *parecenças* entre gaúchos e beduínos, base da segunda perspectiva com a qual Ornellas observa o passado. Deste modo, é afirmado que “no tipo, nos hábitos e nos costumes do gaúcho vamos descobrir remotas influências de uma raça que viveu nômade pelos desertos da Arábia” (ORNELLAS, 1948, p. 61). Descrevendo as características positivas do beduíno, o autor as aproxima das do *gaúcho*. Ao tratar da suposta prontidão do árabe para defender seu grupo, e do entusiasmo com o qual o teriam feito, Ornellas torna este esforço *paralelo* ao do *gaúcho* de fronteira nas lutas contra tropas inimigas. Ao explicar como estes grupos nômades beduínos teriam se espalhado pela Península Ibérica, o autor afirma que tanto espanhóis quanto portugueses seriam contingentes mestiços, com *sangue beduíno* nas veias. Logo, enquanto colonizadores, teriam transmitido as virtudes apreendidas em solo peninsular aos habitantes do “Novo Mundo”. Além disso, o costume de viver isolado no deserto favoreceria a vida no *deserto verde*. Mais uma vez, aparece o pampa, suas “lides” e seu meio como importantes à análise ornelliana. Deste modo, em suma e de modo metafórico, “o tropeiro ainda é o homem da caravana” (ORNELLAS, 1948, p. 148).

Refletindo sobre os *interesses* e as *ideias* que orientaram a escrita da história de Ornellas, podemos pensar sobre o próximo dos fatores do pensamento histórico proposto por Rüsen: os *métodos*. Pensemos, no caso ornelliano, em *caminhos* que o autor seguiu para comprovar sua tese de paralelos entre *gaúchos* e beduínos. Começemos pelos autores que Ornellas menciona, a fim de comprovar “cientificamente” a plausibilidade de sua argumentação, afirmando-a como pertinente ao saber histórico por ele desenvolvido. O autor parte, assim, de teorias que comprovariam a semelhança de traços físicos entre distintos povos. É mencionado um estudo desenvolvido por um autor chamado Garrote¹⁰. Estudando-se a fisionomia de berberes e *maragatos*, chega-se à conclusão de que seriam muito semelhantes fisicamente. Acrescenta-se, ainda, comentários que aquele autor teria tecido a respeito das semelhanças, novamente sem mencionar de qual obra os retira:

E Garrote acrescenta: podemos encontrar afinidades entre o maragato [habitante da Maragateria, região espanhola, cujos membros teriam participado do expansionismo às Américas] e o berbere [beduíno] se atentamente

¹⁰ Sobre este estudo citado por Ornellas, não há referência na obra. É apresentado “Garrote” como autor, mas a obra completa não é referenciada ou mencionada, o que dificulta a conferência das informações e prejudica o entendimento acerca do método ornelliano.

observarmos duas características circunstanciais: a habitação e o vestuário. (ORNELLAS, 1948, p. 76).

Ornellas parece buscar uma maneira “científica” de legitimar as premissas que defende, mas seu *método* é defasado: além de não mencionar a fonte de sua informação, neste caso específico, o que é caro aos historiadores, ainda parece escolher apenas autores que corroborem com as teses que defende. Certamente a prática historiográfica não se dava da forma como se dá atualmente. Todavia, ao fazer referência a alguns autores e a outros não, Ornellas defasa sua análise e os *caminhos* pelos quais a desenvolve. Em termos de *método*, portanto, este autor seleciona os fatos, autores e obras que comprovam e legitimam sua tese, sem que seja feita uma discussão mais aprofundada frente a posicionamentos contrários ou diversos dos seus.

A partir dos resultados de sua pesquisa, obtidos por suas *perspectivas e métodos*, dentro das limitações teóricas e metodológicas de seu contexto¹¹, Ornellas constrói sua historiografia. Neste caso específico, o conhecimento foi apresentado na forma de um livro, um ensaio sócio-histórico sobre os temas que teriam envolvido a formação sul-rio-grandense. Em se tratando da forma ornelliana de escrever, percebe-se sutileza nas palavras, num tom quase poético em muitos trechos. Além disso, quando utiliza citações, muitas são de poemas, versos ou músicas relacionadas aos temas que aborda. Quando fala das razões que teriam levado os peninsulares a expandirem-se para além do *Velho Continente*, apresenta a existência do “sonho da América”,

[...] com suas promessas tentadoras de fortuna fácil, a vastidão sem limites da terra, fecunda e virgem, e as possibilidades de grandes aventuras, estimularam o espírito inquieto dos homens que traziam no sangue o nomadismo de séculos. E os espanhóis e portugueses, descendentes de berberes e árabes, agitados pelas ideias e a febre das descobertas e surpresas do novo mundo, embarcaram, certo dia [...] o grande deserto verde, que só as tribos ferozes haviam percorrido, encheu-lhes os olhos de luz e distâncias. [...] A mesma extensão solitária, os mesmos horizontes sem paredes, daqueles desertos áridos que seus avós haviam perdido, porém, aqui, o verde cambiante do pampa, a monotonia das ondulações sem arrojo, de longe em longe quebrada pelo relevo mais alto de uma coxilha ou pelo boleio sensual de uma canhada. (ORNELLAS, 1948, p. 90-91).

O tom poético da narrativa ornelliana é evidente. A saída da Europa, o remonte ao passado conjugado ao presente, a experiência da chegada, as impressões sobre o território... tudo poetizado, harmonizado, naturalizado e embelezado. A sutileza da

¹¹ Perceba-se que os programas de pós-graduação em História surgiram muitos anos depois da atuação de Ornellas no campo da história (RODRIGUES; NEDEL, 2003). Considere-se, por outro lado, que muitas discussões de método e uso de fontes vinham se dando, seja em seu congênere a nível nacional, o IHGB (SANCHEZ, 2003), seja a nível local (NEDEL, 2005; SILVEIRA, 2008).

narrativa impressiona. O texto é de fácil compreensão, bom de ler. Enquanto *forma de apresentação*, dentro dos fatores rüsenianos, é capaz de estabelecer a comunicação entre quem escreve e quem lê, apesar de todos os “pontos falhos” já mencionados neste texto. Além disso, o *estilo* poético de sua historiografia parece convergir para uma narrativa que alia os temas de formação, em voga em sua contemporaneidade, à busca por uma leitura compreensível.

E quanto à *função social* desempenhada pelos escritos de Ornellas? Como eles atenderam às demandas das quais o autor partiu? Pois bem, pensemos pelo viés da cultura popular. Ao enfatizar os hábitos, as vestimentas e os costumes, Ornellas atendeu à necessidade da intelectualidade gaúcha de seu contexto, aproximando a ciência histórica dos temas de cunho sociológico que estavam em voga, como o caso freyriano supracitado. O foco da história se desligava um pouco da torre de marfim e chegava aos grupos humanos, suas práticas, seu vocabulário. Note-se, porém, que foram atendidos os *interesses* do autor por meio da pesquisa histórica e, por meio dele, as demandas de uma gama de letrados dedicados à ciência histórica: fora da necessidade de reabilitação da imagem sul-rio-grandense, principalmente, que a abordagem da análise ornelliana e suas perspectivas partiram, e foi a ela que retornaram, fornecendo-lhe respostas e possibilidades.

Considerações finais

Analisar a escrita da história de Manoelito de Ornellas tomando por base as contribuições teórico-metodológicas de Jörn Rüsen foi o que objetivamos neste artigo. A complexidade de fazê-lo, dado o espaço e as limitações de nossa abordagem, é evidente. Assim, buscamos mais compreender, de modo geral, os fatores do pensamento histórico ornelliano e menos encerrar o tema e as abordagens possíveis em relação a ele.

É importante reconhecermos as contribuições rüsenianas para o campo da teoria da história. Em relação à historiografia sul-rio-grandense, pontualmente, a considerarmos como um escopo teórico frutífero, que pode enriquecer em muito as análises relacionadas ao tema. Neste caso específico dos fatores do pensamento histórico, cabe refletir sobre o ponto de onde os letrados teriam partido, o que os poderia ter motivado, quais suas influências, e etc. Cabe estudar as “implicações concretas” do conhecimento produzido, as funções por ele desempenhadas, bem como seus usos, sua instrumentalização. Cabe, assim, não pensar o texto pelo texto, mas nas mais variadas relações que pode estabelecer com a vida prática. É este o convite de Rüsen na obra que tomamos como apoio metodológico; fora este o convite que aceitamos, trazendo-o para os campos dos letrados *gaúchos*.

Em suma, entendemos nosso trabalho como relevante pelos motivos já mencionados, e, também, deixamos o nosso convite: que, a cada vez mais, possamos pesquisar, escrever e publicar textos que influenciem positiva e qualitativamente a ciência histórica e a vida prática. Que possamos pensar e refletir sobre nosso próprio fazer e suas implicações. E, ainda, que nos compreendamos enquanto sujeitos históricos que, assim como Ornellas, partem de demandas concretas, de perspectivas orientadoras e, ainda, de métodos específicos. Tenhamos consciência de nossa própria historicidade!

Referências

ALMEIDA, Carina Santos de. O debate historiográfico entre Moysés Vellinho e Manoelito de Ornellas. *Spartacus - Revista Eletrônica dos Discentes de História da UNISC*, Santa Cruz do Sul, 2007. Disponível em: http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/almeida_carina_santos.pdf. Acesso em: 1 mai. 2019.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Uma província de peso: a escrita da história sul-rio-grandense no século XIX. In: SOARES, Fabrício A. A.; SILVA, Ricardo Oliveira. *História e historiografia sul-rio-grandense*. Criciúma: EdiUnesc, 2019.

GRUPO RODEIO. Gritos de liberdade. Porto Alegre: Gravadora ACIT: 1996. CD físico, 3min, 41s.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 1988, v.1, n1 1, p. 5 – 27. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 04 dez. 2019.

LIMA, Caio Rodrigo Carvalho. *Além dos muros da Academia: sentido da história e trauma histórico na obra de Jörn Rüsen (1983-2013)*. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado) – História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24609>. Acesso em: 27 abr. 2020.

MARTINS, Jefferson Teles. *O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o espaço social dos intelectuais: trajetória institucional e estudo das redes de solidariedade (e conflitos) entre intelectuais (1920-1956)*. 2015, 280 f. Tese (Doutorado) – História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6302>. Acesso em: 22 ago. 2019.

NEDEL, Leticia Borges. *Um passado novo para a história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. 2005, 569 f. Tese (Doutorado) – História, Universidade de Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/15294>. Acesso em: 08 ago.2020.

OLIVEIRA, Luciana de. *Da imagem nascente à imagem consagrada: a construção da imagem do gaúcho pelos pincéis de Cesáreo Bernaldo de Quirós, Pedro Figari e Pedro Weingärtner*. 2017, 634 f. Tese (Doutorado) – História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7749>. Acesso em: 20 jul. 2020.

ORNELLAS, Manoelito. *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1948.

ORNELLAS, Manoelito. *A gênese do gaúcho brasileiro*. Porto Alegre: Ministério da Educação e Cultura, 1956. 54 p. Disponível em: <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/2018/10/19/a-genese-do-gaoucho-brasileiro/>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ORNELLAS, Manoelito. *Mormaço*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

ORNELLAS, Manoelito. As origens remotas do gaúcho. *Revista comemorativa da Semana Árabe*, 1974.

OSWALDIR E CARLOS MAGRÃO. Eu sou do Sul. Passo Fundo: Gravadora ACIT, 1997. CD físico, 3min, 09s. Acesso em: 30 jul. 2020.

RODRIGUES, Mara C de Matos; NEDEL, Letícia Borges. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerários da História no Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul: *Ágora*, p. 161-186, 2003.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

SANCHEZ, Edney Christian Thomé. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XX*. 2003, 221 f. Dissertação (Mestrado) – História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270124>. Acesso em: 21 out. 2020.

SILVEIRA, Daniela Oliveira. “*O passado está prenhe de futuro*”: a escrita da história no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). 2008, 97 f. Dissertação (Mestrado) – História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17526>. Acesso em: 17 out.2020.

THESING, Neandro Vieira. *Fronteira, identidade, essência: a busca das origens do Rio Grande do Sul em Gaúchos e beduínos*, de Manoelito de Ornellas. 2015, 124 f. Dissertação (Mestrado) – História, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9666>. Acesso em: 10 set. 2019.